

GILBERTO FREYRE E ANTHONY GIDDENS: literatura e linguagem comum na investigação social

André Lucas Maia de Brito¹

Antônio Cecílio Barboni Júnior²

RESUMO

Neste artigo, pretendemos discutir: as aproximações possíveis entre as sociologias de Gilberto Freyre e Anthony Giddens na crítica ao modelo de investigação naturalista-metodológica; e como esses autores defendem o uso de ferramentas como a literatura ou o contato com o senso comum para o estudo empírico da vida social. No que se refere ao sociólogo pernambucano, nos guiaremos pelo processo de consolidação da sociologia como disciplina acadêmica no Brasil e pela questão da especialização. A respeito de Anthony Giddens, procuraremos extrair da sua teoria da estruturação, enquanto uma tentativa de conciliação entre agência e estrutura, reflexões sobre os limites do naturalismo metodológico e sobre o papel da linguagem comum para a atividade de investigação social, dentro da orientação interpretativista que tem em comum com Freyre.

PALAVRAS-CHAVE

Gilberto Freyre. Anthony Giddens. Sociologia. Linguagem comum. Sociologia da literatura. Naturalismo metodológico.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

² Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília.

Introdução

É um dos pontos centrais de discussão teórico-epistemológica e gerador de divisão nas ciências sociais de maneira geral, e na sociologia em particular, o problema do naturalismo metodológico. Esse problema gira em torno de saber em que medida há ou deveria haver uma unidade, em termos metodológicos, entre as investigações das ciências naturais e aquelas que se preocupam com o mundo social. É comum que se chame de tradição interpretativista ou hermenêutica aquela que é crítica à ideia de uma unidade metodológica entre esses campos de investigação e tradição naturalista ou positivista, aquela que defende a unidade metodológica.

Na sociologia clássica, a influência que vai de Auguste Comte até Émile Durkheim é, certamente, a mais proeminente na tradição naturalista. Durkheim entendia que a melhor sociologia deveria se inspirar no sucesso investigativo das ciências naturais e trazê-lo para o âmbito social. Em *As regras do método sociológico* (2007 [1895]), ele propôs que “os fatos sociais deveriam ser tratados como coisas”, o que tentou aplicar em *O Suicídio* (2000 [1897]), buscando explicar causalmente e de maneira exterior aos indivíduos as variações nas taxas de suicídio, usando índices de coesão social como fatores explicativos. Nessa corrente, de modo geral, a sociologia é entendida como uma busca por explicações causais objetivas que se assentem em regularidades e capacidade de generalização, superando então as abordagens leigas sobre a realidade social – o que possibilitaria, em última instância, poder preditivo (MOSES; KNUTSEN, 2010; RUDNER, 1966).

No caso da tradição interpretativista, a influência teórico/filosófica maior é Wilhelm Dilthey e, na sociologia clássica, Max Weber. A tradição hermenêutica é, antes de qualquer coisa, antinaturalista metodológica, uma vez que entende que a

inescapabilidade da necessidade de interpretação (*Verstehen*) da vida social impossibilitaria a explicação (*Erklären*) positiva e exata que Dilthey, apoiado no modelo de John Stuart Mill, acreditava haver na natureza (MILL, 1974, p. 833; GIDDENS, 2018, p. 248). Mesmo na versão weberiana da sociologia hermenêutica, que encontra compatibilidade entre interpretação e causalidade (GUSMÃO, 2010) – diferentemente do que ocorre no pensamento de Dilthey –, há sempre ressalvas para os limites explicativos da sociologia e da variedade inalcançável de “causas materiais e espirituais” na trama social (WEBER, 2007, p. 167). A herança hermenêutica pode ser encontrada na valorização do conhecimento “ideográfico” e etnográfico das pesquisas, um questionamento constante da objetividade e do lugar não-neutro ocupado pelo investigador social e do interesse empático como condicionante metodológico, por vezes, ético, da pesquisa empírica (MOSES; KNUTSEN, 2010).

Neste artigo, pretendemos discutir as aproximações possíveis entre as sociologias de Gilberto Freyre e Anthony Giddens na crítica ao modelo de investigação naturalista-metodológica. No que se refere ao sociólogo pernambucano, procuraremos, a partir de seus embates com interlocutores intelectuais da formação sociológica brasileira – com o aparecimento de rótulos como os de “sociologia científica *versus* sociologia literária”, “ficção sociológica”, “método empático” etc. –, evidenciar algumas questões epistemológicas de fundo de tais querelas a partir do trabalho de Simone Meucci (2006). Assim, poderemos extrair desse esforço alguns pontos que interessam ao tema do artigo, como discussões em Freyre sobre a especificidade da sociologia; a influência epistemológica que recebeu Freyre pela tradição das “Ciências do Espírito” (*Geisteswissenschaften*) e a discussão sobre a linguagem sociológica e a literatura como ferramenta metodológica. Para tal, centraremos-nos em dois trabalhos de formalização

teórico-metodológica: *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios* (1967 [1945] 1973 [1945]) e *Como e porque sou e não sou sociólogo* (1968).

A respeito de Anthony Giddens, procuraremos extrair da sua Teoria da Estruturação, enquanto uma tentativa de conciliação entre agência e estrutura³, reflexões sobre os limites metodológicos do naturalismo metodológico e do papel do esclarecimento do senso comum para a atividade de investigação social. O sociólogo britânico desenvolveu uma caracterização ontológica do mundo social com uma série de consequências metodológicas para a prática de pesquisa empírica, iniciando em *Novas regras do método sociológico* (1996 [1976]), passando por *Problemas centrais em Teoria Social* (2018 [1979]) e culminando em *A constituição da sociedade* (2009 [1984]). O que pretendemos explorar é, a partir da sua ontologia social e das suas reflexões teóricas, o lugar da teoria da estruturação na discussão a respeito do naturalismo metodológico, sua aproximação da tradição hermenêutica através da valorização do esclarecimento da vida comum e, por fim, as semelhanças e distanciamentos entre as suas formulações e as de Freyre – ambos interpretes de algum modo da herança hermenêutica.

1. Gilberto Freyre entre a ciência e o humanismo⁴: literatura e investigação social

Há dois momentos centrais para o entendimento do tipo de pesquisa social desenvolvido por Freyre e a relação da mesma com o que se chama genericamente de “naturalismo metodológico”: o primeiro é o da crítica que Freyre faz das abordagens racistas e evolucionistas do século XIX. Aqui, Freyre possui algumas influências formadoras importantes, indo desde o culturalismo de Franz Boas, até as semelhanças

³ Para outras teorizações no mesmo sentido ver: Archer (1982; 2013), Elias (1994) e Bourdieu (2007).

⁴ Humanismo aqui é utilizado numa acepção epistemológica, como contraposição ao que está identificado neste artigo como naturalismo-metodológico. A ideia é a abertura da pesquisa social para conhecimentos que não se restrinjam à ciência, como a literatura e as artes.

entre os seus métodos de investigação e o de sociólogos influenciados pela tradição hermenêutica, como Weber e, especialmente, Simmel, direta ou indiretamente, aproximando-o da tradição das *Geisteswissenschaften*. Um segundo momento, refere-se ao tipo de crítica metodológica recebida por Freyre de alguns membros da nova ciência social que se consolidava institucionalmente na Universidade de São Paulo, com destaque para Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Costa Pinto e outros. Parece-nos que o tipo de crítica metodológica realizada evidencia a separação entre uma sociologia naturalista, que tem a metodologia das ciências naturais como parâmetro, e uma sociologia próxima às fundamentações das ciências do espírito, da literatura e da empatia metodológica na investigação social. O embate de estilos de investigação chegou a ser conhecido como “sociologia científica x sociologia de Freyre” (MEUCCI, 2006, p. 241).

O livro *Sociologia* (1967, 1973) representa um esforço didático e de sistematização de algumas das ideias e métodos do que Freyre entende ser a sociologia e a pesquisa social, vindo a lume no pós-guerra, junto com outras obras de perspectivas distintas, como a de Donald Pierson (1948), mais influente na escola uspiana: ambos permeados pelo sentimento de consolidação da disciplina e de expectativas sobre o futuro dos estudos sociais. Em aproximação a Simmel, Freyre entende a sociologia como o estudo da socialização humana, em dessemelhança ao enfoque que se preocuparia com a “formação, estabilidade e desintegração dos grupos sociais”, à maneira de Pierson. No entanto, o pernambucano acrescentaria pressupostos caros ao pensamento norte-americano da época, como a distinção entre raça e cultura a partir de Franz Boas (1940) e outras influências teóricas (PARK; BURGESS, 1927; PALLARES-BURKE, 2005), entendendo assim a socialização especialmente como o processo pelo qual os indivíduos se formam através de influências externas sociais e culturais, mas também como os

sujeitos se sobrepõem aos padrões estabelecidos culturalmente através de variáveis psicobiológicas próprias de sua constituição individual (FREYRE, 1967, p. 125).

Seria então nas influências recíprocas entre as dimensões psicológicas, biológicas, ecológicas e culturais que se constituiriam os indivíduos para Freyre, entendendo, no entanto, que o papel da sociologia é o de identificar as influências históricas e culturais sob as outras dimensões, e não o contrário. A distinção entre forma e substância ocupa aqui um lugar central, na medida que a sociologia se interessaria na maneira como, por exemplo, aspectos climáticos e geográficos impactam na socialização dos indivíduos e não de modo substantivo no conteúdo de tais ciências (MEUCCI, 2006, p. 193). Isso não quer dizer, como afirmamos, que, para Freyre, os indivíduos sejam figuras passivas da reprodução de esquemas sociais à maneira das abordagens mais estruturalistas. Para ele, algumas personalidades podem influenciar de modo ativo as disposições sociais impactando os rumos das relações e contribuindo com a mudança social.

Ratton Jr e Moraes (2005) observaram que Freyre não trabalha com a redução metodológica do “macro pelo micro típico”. Os sujeitos supostamente típicos das relações que Freyre estuda não são o ponto central de seu interesse, portanto, acaba por preferir sujeitos históricos de destaque e suas biografias. Os autores entendem que, se de um lado tal escolha faz Freyre perder em rigor analítico, por outro ajuda a resolver problemas de engessamento que a escolha por privilegiar sujeitos “típicos” suscitaria, uma vez que a sua sociologia ligada a estudos biográficos daria conta de lidar bem com as variações da ação individual, evitando padronizações deslocadas da agência individual. Liga-se a essa questão o caráter eminentemente histórico e contingente da explicação em Freyre. Nesse

sentido, tal articulação, mais ou menos frouxa entre o micro e o macro, formaria um tipo de explicação social e histórica que toca em temas como o da agência, da estrutura⁵.

Para Freyre, então, na perene discussão entre *Verstehen* e *Erklären* a sociologia ocuparia, assim como para Giddens como veremos posteriormente, uma posição intermediária entre o humanismo e a ciência “dura”, sendo avesso, portanto, ao positivismo. Apesar da constituição biológica humana, a separação metodológica se faz indispensável na medida que o fenômeno cultural escaparia à compreensão das ciências naturais, como se imaginou em abordagens evolucionistas do passado.

No presente estudo aceitamos, até certo ponto, a classificação neokantiana, neofichtiana das ciências, desenvolvida pelo professor Heinrich Rickert - ciências naturais, ciências culturais - de preferência à de Wilhelm Dilthey. Ciências generalizadoras, ciências individualizadoras, como veremos a propósito das relações da Sociologia com a História e, principalmente, ao nos defrontarmos, em estudo próximo, com a questão do método nas ciências, em geral, e nas culturais e na Sociologia, em particular. Até certo ponto, porque para a Sociologia nos parece necessário abandonar a dualidade - ciência natural, ciência da cultura - diante de uma vida ou realidade - a social - mista. Pois sendo os chamados fatos sociais - preferimos falar menos de fatos que de processos, formas e situações sociais como objeto principal de estudo sociológico - expressão de herança e constituição biológica e de influências de meio físico, e sendo o homem - coloquemo-nos do ponto de vista sociológico antropocêntrico - animal em parte irracional, nem por isso são aqueles fatos puramente naturais. A natureza humana define-se (...) por processos não só naturais como de cultura; e estes escapam à Biologia e à Física (FREYRE, 1967, p. 212).

Assim, diversos aspectos da metodologia de Freyre nos levam a aproximá-la da referida tradição alemã (*Geisteswissenschaften*). Exemplos são o entendimento do objeto da sociologia como um *processo* de constituição dos indivíduos envolvendo múltiplos fatores e causas, sempre em renovação, aproximando-o de Simmel em oposição a

⁵ “Pois os microprocessos psicossociais específicos identificados nos inúmeros biografados de Gilberto Freyre podem articular-se, com menos problemas, aos mecanismos sociais mais amplos propostos pelo autor sem que, necessariamente, sejam os exemplares por excelência daqueles processos. A explicação dos ‘casos’, portanto, ilustra e exemplifica os ‘processos’, sem contudo esgotá-los” (MORAIS; RATTON JR, 2005, p. 139).

Durkheim, que entendia a sociedade como *coisa* ou objeto exógeno (MEUCCI, 2006, p. 194); a atenção de Freyre aos processos microscópicos e aparentemente banais da vida social como *locus* privilegiado de investigação (FREYRE, 2006 [1933], 2013 [1936]), assentada em uma aproximação com o pensamento alemão de autores como Heinrich Rickert, no que se refere a defender uma separação entre natureza e cultura e a especificidade metodológica da sociologia; o uso inovador, diga-se, de documentos pessoais e cartas como fonte de pesquisa e assim por diante. Apesar dessas aproximações, para Freyre, não haveriam separações radicais necessárias, preservando o caráter misto ou “anfíbio” da sociologia em sua condição de “dupla existência” com necessária diversidade metodológica para lidar com a explicação e interpretação dos fenômenos sociais (FREYRE, 1967, p. 18).

Freyre se apropriou da herança hermenêutica, usando, por exemplo, o tipo ideal weberiano na discussão de *Sobrados e Mucambos* para a representação “ideal-tipicamente” das habitações do séc. XIX no Brasil e da sua importância para o entendimento social empírico (FREYRE, 2013; MEUCCI, 2006, p. 230). Por outro lado, conserva a ideia que ainda seriam possíveis generalizações e, em última instância, previsões na sociologia, uma vez que, em dadas condições, os fenômenos sociais podem repetir-se de tal modo que se tornem previsíveis.

A constatação da repetição e frequência de determinados fenômenos sob determinadas circunstâncias sociais permite, até mesmo, no entender de Freyre, a previsão no campo das ciências sociais. O ‘sociológico’ é, portanto, em alguma medida, trans-histórico embora não se possa, segundo Freyre, levar essa proposição ao limite. Levá-la ao limite, seria, afinal, admitir que as leis históricas são naturais (quer dizer, universais), algo que está fora de questão para Freyre, já que se aproxima de Rickert e Dilthey na definição do processo histórico como um processo singular que é constituído pela interação social dos indivíduos e não pela regulação de leis exógenas (MEUCCI, 2006, p. 230).

A relação da sociologia de Freyre com o problema do naturalismo também pode ser vista nas críticas recebidas pela sociologia acadêmica que surgia no Brasil em meados do século XX: o embate “Sociologia de Freyre x Sociologia científica” (MEUCCI, 2006, p. 239). Ocorreu que o ensaísmo narrativo e a literatura que haviam ocupado lugar central nos estudos anteriores sobre o Brasil passaram a ser vistos pela nova sociologia especializada da Universidade de São Paulo, com influência durkheimiana e marxista, como manifestações “pré-científicas da disciplina”.

A condição de Freyre de, por um lado, autor especializado em temas empíricos no campo da sociologia e elaborador de manuais e, por outro, estar à margem do centro institucional sociológico do país à época, deixava-o em condição dúbia: a de sociólogo e não-sociólogo (FREYRE, 1968). Além do mais, sua obra passava a ser considerada literária demais, com pouca vigilância metodológica, dispersiva e normativa. Em outros casos, entendia-se que o seu culturalismo regionalista impediria, no limite, as possibilidades de pensar as transformações estruturais pelas quais a sociedade passava (COSTA PINTO, 1965; SORÁ, 1998). A discussão de 1958 entre Freyre e Octavio Ianni sobre a linguagem sociológica é esclarecedora dessas diferenças. Para Ianni, se *Sociologia* (1967, 1973) fosse comparado com o manual de Fernando de Azevedo, introdutor do pensamento de Durkheim no Brasil, ele não apresentaria “os requisitos exigidos pelo estado presente das preocupações dos especialistas brasileiros” (IANNI, 1958, p. 358 apud MEUCCI, 2006, p. 259). Diz ainda: “(...) não se pense que ele {Freyre} resolveu percorrer, meticulosamente, as etapas da sua investigação empírica, com todas as suas implicações teóricas e metodológicas, como fez Durkheim em ‘*Les Règles de la Méthode Sociologique*’” (Idem, ibidem). Para o jovem grupo de sociólogos que se formaram na USP, a pesquisa empírica de Freyre e as suas formulações teóricas estariam

mais próximas do campo artístico e literário, mais especificamente, possuindo valor de pioneirismo, mas não devendo ser entendidas como plenamente científicas. Já Freyre reclamava uma concepção distinta de sociologia que não se restringia aos critérios e formas d'*As Regras*:

Mas serão os durkheimianos os donos exclusivos da moderna Sociologia? Parece que não. Nem mesmo na França – pátria do grande Durkheim – onde por iniciativa francesa realizou-se em 1956 aquele seminário em torno das idéias, dos métodos e da linguagem de um sul-americano ainda vivo⁶... em que se reconheceu o direito de ser em suas idéias, seus métodos e sua linguagem, um renovador dos estudos sociais no sentido de, dentro deles, promover-se maior aproximação entre o método científico e o humanístico na apreensão da realidade social (FREYRE, Diário de Pernambuco, 03/08/1958, apud MEUCCI, 2006, p. 262).

Assim, as fronteiras entre a linguagem científica e literária seriam, para Freyre, mais fluidas do que para a nova escola paulista de sociologia, sendo a maneira mais ensaísta de se escrever também importante para dar conta da complexidade social sem, com isso, abandonar a pretensão científica no seu entendimento⁷. Em prefácios da obra

⁶ O recurso de Freyre à sua recepção na França é recorrente para legitimar sua obra, mas citando Cibele Barbosa (2018), é importante entender as condições específicas de recepção da obra do autor pernambucano no país europeu. Isso tem a ver com sua recusa em se prender a um método ou a uma escola de pensamento, que aproximou Freyre à Escola dos *Annales* de intelectuais como Fernand Braudel, Lucien Febvre e Georges Gurvitch. Entretanto, como argumenta a autora, também esteve relacionado à leitura que foi feita pelos intelectuais franceses da obra de Freyre. Eles estavam envolvidos com o projeto das Nações Unidas na década de 1950 e pretendiam construir um discurso positivo sobre a miscigenação, além de encontrar uma saída “harmoniosa” para as demandas de países colonizados por autonomia. Retomando a discussão sobre o método, a polêmica em torno das obras de Freyre chegou à França com um artigo de Guerreiro Ramos para a revista *Arguments*, em 1957, criticando, dentro do paradigma que identificamos como naturalismo-metodológico, o que ele chamou “impressionismo” e “estetismo” na obra do sociólogo pernambucano para maquiá-los “insuficiências metodológicas” por trás da abordagem racial.

⁷ O francês Georges Gurvitch é constantemente referenciado no texto *Sociologia* (1967, 1973). Dois aspectos metodológicos que aproximam Freyre desse autor nos chamam a atenção: primeiro, a defesa de um pluralismo de causas e determinantes dos fenômenos sociais, com especificidades regionais e impossibilidade de redução de todas essas variáveis às leis sociais gerais. Segundo, a indispensabilidade da pesquisa empírica para o entendimento dessas especificidades regionais, ou seja, a reivindicação do empirismo como método de pesquisa (GURVITCH, 1955). Conhecido como pioneiro do pensamento fenomenológico na França, Gurvitch receberia duras críticas de sociólogos como Armand Cuvillier, que opunha esta “sociologia alemã” de autores como Simmel a um tipo positivo e objetivo de investigação científico social como a sociologia de Durkheim (MEUCCI, 2006, p. 268).

Sociologia (1967, 1973), Freyre teria sido mais duro e ácido com os críticos da linguagem utilizada em suas obras sociológicas, próxima à linguagem literária:

O vínculo entre as duas áreas poderia, segundo Freyre, se manifestar de diferentes maneiras. De um lado, a literatura poderia ser considerada como fonte de pesquisa preciosa. De outro, dizia que a forma de escrita empática (ou, em outras palavras, literária) seria mais adequada para dar conta das dimensões múltiplas e fluidas da realidade. Freyre afirmou, pois, que os insights e a sensibilidade narrativa da literatura resultam em revelações fecundas para a sociologia científica. Nesse sentido, para ele, a literatura não deixa de ser secretamente ou latentemente sociológica. Autores como Simmel, Frazer, Bérqson, Proust e Unamuno, segundo ele, possuem obras literárias que, não obstante, representam a realidade social sem o sacrifício da explicação e da exatidão. A descrição técnica, burocrática e cartesiana não oferece, segundo Freyre, uma representação do caráter dinâmico e multidimensional da vida social. Ser um bom escritor é, portanto, para ele, condição para fazer boa sociologia (MEUCCI, 2006, p. 264).

Freyre retomou essa discussão em *Como e porque sou e não sou sociólogo* (1968), explorando o caráter multidisciplinar de sua produção escrita. O autor defendeu sua posição de sociólogo como uma postura específica face à realidade, uma forma de observar o mundo social que ele adquiriu ao longo de sua formação acadêmica no exterior, o que chama atenção na medida em que ele abdica de definições teóricas ou metodológicas. Nesse mesmo sentido, Freyre reconheceu sua postura nada ortodoxa, na medida em que os seus escritos viam no uso de “obras para-científicas”, um importante “[...] valor antropológico e sociológico sobre o Brasil ameríndio e sobre os primeiros contatos, no Brasil, de europeus com ameríndios e africanos, em livros tidos apenas como pitorescos, mas na verdade utilíssimos ao antropólogo moderno” (FREYRE, 1968, p. 48). A observação e a participação no cotidiano, ignoradas pela sociologia que se institucionalizava à época, seria outra forma de se exercer essa postura metodológica, o que o aproximava, de novo, de ensaístas como Georg Simmel (MEUCCI, 2006, p. 258).

Freyre argumentou que sua sociologia não foi feita pensando na leitura e no diálogo restrito aos indivíduos que compunham seu campo de estudos – daí também sua

justificativa para a dificuldade que teve de se inserir no meio acadêmico, especialmente na confrontação com os sociólogos paulistas. Para ele, a sociologia consistiria, acima de tudo, em uma forma de olhar que ele identificou como “método-poético-sociológico”. Sua intenção foi argumentar que, enquanto método, ela permitiria alcançar instâncias que a objetividade não conseguiria captar, adentrando os sentimentos e emoções humanas. Cabe ressaltar que, por objetividade, ele se refere a uma postura teórica e metodológica específica, definida pela necessidade de responder a rigorosos princípios científicos, que Freyre adjetivou como ortodoxos (FREYRE, 1968, p. 70). Eles demandam controle constante, racionalidade ininterrupta, teste de checagem de forma a propiciar grandes generalizações para as sociedades humanas, além de um arcabouço conceitual que se distancie de um olhar descuidado e responda a critérios de rigorosidade.

Com isso em mente, o autor pernambucano afirmou se considerar mais próximo da antropologia social que da sociologia. Para ele, figuras como Franz Boas e Franklin Giddings, professores que encontrou nos anos de estudo nos Estados Unidos, foram marcos importantes na sua reflexão (FREYRE, 1968, p. 83-84). Ao mesmo tempo, ele não se via preso à especialização disciplinar. A antropologia entraria, na concepção do autor, como uma forma de analisar o mundo social a partir de seus condicionantes culturais e ecológicos, e a perspectiva da história social permitiria lidar com o passado sem recorrer necessariamente a datas, ou seja, momentos históricos pontuais, justamente por considerar que o tempo social não respeitaria estritamente o tempo cronológico.

O mais interessante, sobretudo, foi a forma como Freyre encerrou sua obra, definindo-se acima de tudo como escritor, menos pela forma como escrevia do que pela sua capacidade de observar o mundo com atenção para detalhes que se voltariam para a construção da vida íntima das pessoas no intuito de entender o mundo social (FREYRE,

1968, p. 165-166). Não à toa, apontou a literatura hispânica como principal fonte de diálogo, por ser capaz de interagir e viver com a realidade sobre a qual se debruça, não se restringindo a uma atividade de gabinete. Ele parte, portanto, da tentativa de explorar a condição humana associando abordagens científicas e humanísticas.

Maria Lúcia Pallares-Burke, em *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos* (2005), lançou luz sobre essa postura multidisciplinar e que confere lugar especial à literatura. Ela evidenciou a importância dos anos de estudo no exterior, entre 1918 e 1923, quando o pernambucano se graduou em Baylor e defendeu seu mestrado em Columbia. Nesse momento, não só a sociologia não tinha atingido em nível acadêmico a especialização que encontraria adiante, como o interesse de Freyre pela literatura parecia ser o motor de sua curiosidade intelectual. Regina Crespo (2003) argumentou que a posição freyreana, híbrida entre o conhecimento científico e o poético, valeu-se do estilo ensaístico que proporciona trabalhar com sistemas binários, sem o rigor conceitual exigido pela geração de sociólogos da USP, mas com um apelo à descrição e à narração bem detalhadas. O ensaio, por sua vez, veio como inspiração não só das primeiras obras de ciências sociais e da tradição sociológica alemã, como também da literatura inglesa e hispânica (PALLARES-BURKE, 2005; BASTOS, 1998).

Enfim, as influências literárias são diversas. Escritores espanhóis como Ortega y Gasset e Unamuno, que tentaram entender a perda do poder da época colonial e criticaram o individualismo moderno como um impeditivo ao florescimento do sentimento de identidade nacional, foram referências importantes para Freyre (BASTOS, 1998). Em suas obras, o perspectivismo e o circunstancialismo foram utilizados como formas de lidar com o local, tema que também aparece em Freyre na forma como o autor aborda o cotidiano. O par binário tradição-modernidade também foi marcante na literatura

inglesa da época vitoriana, em escritores como Thomas Carlyle, com um apelo à tradição ou à comunidade em detrimento do mundo moderno e individualizado. Além de temas como o equilíbrio ou harmonia de polos opostos, que chamam a atenção de Freyre em autores como Alfred Zimmern, Herbert Spencer e Franklin H. Giddings, contribuindo para a ideia de “equilíbrio de antagonismo”, idealizada e desenvolvida em *Casa-Grande & Senzala* (PALLARES-BURKE, 2005, p. 356; VALLE, 2017, p. 132).

2. Anthony Giddens e o papel da linguagem comum na investigação social

As reflexões da teoria da estruturação de Anthony Giddens (1996, 2009, 2018) são compostas tanto por uma caracterização ontológica da natureza do mundo social, como pelos desdobramentos metodológicos que daí derivam. Não procuraremos aqui realizar uma minuciosa descrição dos principais aspectos da teoria da estruturação⁸, mas tão somente identificar como as críticas realizadas por Giddens ao que se entende como o antigo “consenso ortodoxo” o distanciam dos princípios naturalista-metodológicos de investigação, que possuem como pressuposto a ruptura epistemológica do conhecimento sociológico com formas interpretativas de investigação. Ao mesmo tempo, procuraremos demonstrar como as suas reflexões culminam, assim como em Freyre, em uma concepção de investigação social que ocupa um lugar médio entre a ciência e o humanismo.

Giddens entende que o papel da sociologia é investigar a maneira pela qual a ação se realiza em conformidade com as estruturas sociais, mas, ao mesmo tempo, como estas só são reproduzidas de modo regular pela mediação ativa realizada pela ação individual no tempo e espaço, sem com isso “[...] ‘subtrair’ a ação da estrutura ou vice-versa – por outras palavras, de resistir ao dualismo de objetivismo e de subjetivismo” (GIDDENS,

⁸ Para tal, consultar: Peters (2015), Silva (2010, 2017), Loyal (2003).

2018, p. 357). A crítica de Giddens à separação clássica, nas ciências sociais, entre sujeito e objeto, se dá pelo fato inescapável de que os seres humanos investigados pelos sociólogos dotam de sentido as suas ações, limitando explicações estruturais estritas, ao mesmo tempo em que tais ações são passíveis de sofrerem alterações na medida em que os sujeitos pesquisados tomam conhecimento das observações do pesquisador.

Assim como nos debates travados entre Freyre e a escola paulista de sociologia, as limitações do antigo “consenso ortodoxo” apontadas por Giddens são elucidativas das suas próprias posições epistemológicas. Vejamos as principais. A primeira é superar a ideia de que o suposto “atraso” das ciências sociais em relação às ciências naturais seria resultado de uma “juventude” da área, que seria resolvida com o amadurecimento cronológico do campo, quando, na verdade, em suas formas modernas, as ciências sociais são tão jovens quanto as outras ciências. Para Giddens, as diferenças entre os dois campos de conhecimento quanto à abrangência e forma das generalizações causais possíveis se deve preponderantemente à natureza do mundo social. Usando aqui o termo “lei” – que deixará claro posteriormente a sua inadequação nas ciências sociais – Giddens esclarece as diferenças entre as generalizações com estatuto de lei nas ciências naturais e aquelas que possam vir a ter essa pretensão no estudo social empírico:

Embora o caráter das leis nas ciências naturais seja ainda controverso e muito debatido, há pouca razão para duvidar de que a maioria é putativamente universal na forma dentro dos limites de sua aplicação; todas as leis operam dentro de certas condições-limite, mas as relações causais específicas que elas expressam são imutáveis dada a ocorrência dessas condições. Não é esse o caso, entretanto, com as leis das ciências sociais, em que as relações causais envolvidas, como tentei mostrar em outro trabalho, sempre se referem a “mesclas” de consequências intencionais e não intencionais dos atos reproduzidos. As leis em ciências sociais são de caráter *histórico* e em princípio *mutáveis* na forma. Já argumentei que todas as formas de conduta social regularizada podem ser analisadas como tipicamente envolvendo conjuntos de conexões entre as condições não reconhecidas da ação, a racionalização da ação no contexto do seu monitoramento reflexivo intencional e as consequências não intencionais da ação (GIDDENS, 2018, p. 235, grifos do autor).

Apesar das fortes críticas de Giddens à tradição funcionalista e suas pretensões nomológicas, o sociólogo britânico não chega a entender como necessária a exclusão de qualquer pretensão causal às ciências humanas, nem uma divisão metodológica intransponível, como quiseram, segundo ele, outras versões do interpretativismo e da hermenêutica (Dilthey, Gadamer e Winch), que entendiam restar às ciências humanas e sociais uma abordagem exclusivamente interpretativa (GIDDENS, 1996). Nesse sentido, Giddens opera uma distinção entre a causalidade que é predominante na explicação da natureza, relacionada a leis e relações invariantes, e a causalidade na explicação sociológica, que se refere à capacidade de intervenção causal no mundo pelos agentes, condições não reconhecidas e consequências não intencionais da ação. O estudo empírico da intervenção humana no mundo, portanto, imbrincadas na relação entre agência e estrutura, deve levar em conta a participação dos sujeitos em sua vida comum.

Uma segunda limitação é a concordância com o empirismo lógico e outros filósofos como Bertrand Russell e o Wittgenstein do *Tractatus* (1921) de encarar a linguagem como um simples instrumento de descrição. Para Giddens, isso é especialmente deletério no âmbito das ciências sociais, pois a linguagem não só descreve o mundo social, mas faz coisas e participa da construção do mesmo ao ser utilizada, em clara referência a Austin (1990). Dessa maneira, em vez de procurar elaborar linguagens técnicas que se distanciam do uso comum da língua, com vistas a encontrar uma suposta maior precisão metodológica, o cientista social deve abraçar a linguagem corrente, seja como a maneira principal de ter acesso às teias de significado utilizadas e criadas pelos indivíduos, como para a própria elaboração sociológica e a sua divulgação, uma vez que esta possuiria um “laço lógico” com a linguagem utilizada pelos atores sociais (PETERS, 2014, p. 175).

A terceira limitação do antigo “consenso ortodoxo”, que se liga diretamente à segunda, é a sustentação de um “modelo revelador” para as ciências sociais. Para Giddens, dependendo a sociologia do esclarecimento do “conhecimento mútuo” – esquemas interpretativos utilizados pelos indivíduos, que exigem imersão e credibilidade dos pesquisadores para compreendê-los (GIDDENS, 1996, p. 184) – não pode dispensar a linguagem comum e, com frequência, deve estar acostumado, não a ter resistências às suas descobertas e instrumentos como, por exemplo, um biomédico que se depara com alegações de que “vacinas causam autismo” ou um geógrafo de que “a terra é plana” – mas, pelo contrário, com acusações de que a sociologia só fala do trivial revelando apenas o que já é de conhecimento dos sujeitos pesquisados. Por outro lado, para Giddens, não cabendo o modelo revelador, não significa que a sociologia não afirme nada para além do que os atores “já sabem” ou que tenha paralisada a “vontade crítica”, pois existiriam dimensões que fogem à intencionalidade, como as consequências não-intencionais e aspectos inconscientes da ação. Indo além, o “conhecimento mútuo” pode ser ainda tomado em um sentido proposicional, adentrando na dimensão propriamente crítica da sociologia, na medida em que se coloca sob jugo lógico e empírico as sentenças ditas pelos indivíduos. Com esse segundo enfoque sociológico possível, Giddens diferencia o “conhecimento mútuo” do “senso comum” (GIDDENS, 2018, p. 239-243).

Uma quarta e última limitação do antigo “consenso ortodoxo”, apontada por Giddens, refere-se à concepção positivista de ciência natural adotada e da utilização da tomada de tal caracterização do empreendimento científico como parâmetro a ser alcançado ou rejeitado pelas ciências sociais. Para Giddens, este modelo desenvolvido pelo Círculo de Viena e, em seguida, aprofundado em mais detalhes por Carl Hempel e Thomas Nagel ajudou a criar o anseio em alguns pesquisadores, mesmo aqueles que não

eram funcionalistas, de que a explicação científica teria que operar através da “subsunção dedutiva de uma observação ou evento de acordo com uma lei” (GIDDENS, 2018, p. 247). Para o nosso sociólogo, essa ideia de explicação necessariamente ligada a uma lei é uma descrição pobre, mesmo para as ciências naturais como um todo, mas especialmente o é quando se trata dos fenômenos sociais e históricos. A sua noção do que consistiria uma “explicação” sociológica, assim, não é tão distante da reflexão cotidiana realizada por atores leigos sociologicamente falando, mas conhecedores sobre suas próprias vidas. Explicação e compreensão possuiriam assim uma diferença muito mais contextual:

A explicação, concebida mais amplamente, pode ser entendida de forma mais adequada como a solução de charadas ou o esclarecimento de dúvidas e interrogações; sob esse ponto de vista, explicar é tornar inteligíveis observações ou eventos que não podem ser facilmente interpretados no contexto de uma teoria ou esquema de sentido existentes. A distinção entre descrição e explicação assume assim, de certa forma, um caráter contextual: a identificação ou descrição de um fenômeno, por sua incorporação em determinado esquema de sentido, é explicativa quando essa descrição ajuda a resolver uma questão. Essa noção ampla de explicação liga as investigações explanatórias da ciência de modo bem íntimo às indagações cotidianas. [...] Não pode haver, em especial, um retorno à oposição entre *verstehen* e *erklären* [entender e esclarecer], oposição que serviu na tradição hermenêutica para diferenciar entre as tarefas das ciências sociais e das ciências naturais. Pois um aspecto notável no desenvolvimento da hermenêutica é que a maioria dos autores que viam as ciências sociais ou humanas como caracteristicamente ocupadas com os “sentidos” ou “produtos culturais” aceitava um modelo positivista de ciência natural (GIDDENS, 2018, p. 247 e 248, grifos do autor).

Nesse sentido, é de fundamental importância, na teoria da estruturação de Giddens, a diferente relação entre as ciências sociais e o chamado “senso comum”, quando comparada com a relação entre este e as ciências naturais. Enquanto objeto, o senso comum não poderia ser ignorado ou pensado apenas como ponto de partida da investigação, na medida em que consiste na matéria-prima da pesquisa empírica do mundo social, sendo a compreensão do mesmo, condição indispensável para o estudo das relações e suas consequências, intencionais ou não. Porém, mais do que enquanto objeto

de interesse, os cientistas sociais não poderiam desprezar o senso comum, segundo Giddens, porque a investigação social não possui uma forma que rompe epistemologicamente com este saber, apesar das suas diferenças (PETERS, 2014). A inescapável capacidade reflexiva dos indivíduos leva o sociólogo britânico a rejeitar, então, o “tipo revelador” de ciência social:

A produção da sociedade é uma realização engenhosa, sustentada e “criada para acontecer” por seres humanos. É de fato tornada possível apenas porque cada membro (competente) da sociedade é um teórico social prático; ao sustentar qualquer tipo de encontro, cada indivíduo usa as teorias e os conhecimentos sociais, normalmente de uma forma rotineira e pouco esforçada, sendo o uso destes recursos práticos precisamente a condição para a produção efectiva do encontro. Esses recursos (a que mais tarde chamarei genericamente “conhecimento mútuo”), enquanto tais, não são corrigíveis à luz das teorias dos cientistas sociais, mas são rotineiramente usados por eles no decurso das pesquisas que estejam a levar a cabo, ou seja, uma perspectiva dos meios usados pelos membros da sociedade para gerarem a interacção social é uma condição para a compreensão do seu comportamento por parte dos cientistas sociais, precisamente da mesma forma que o é para esses próprios membros (GIDDENS, 1996, p. 29 e 30, grifos do autor).

Nesse sentido, o conhecimento empírico que é produzido pelos cientistas sociais pode tanto ser utilizado pelos sujeitos que são objeto desse conhecimento, nas suas ações cotidianas, como, por outro lado, não apresentarem nenhuma descoberta para estes mesmos indivíduos, caracterizando-se como “novidades” apenas para pessoas que não são participantes daquela realidade tomada como interesse de investigação sociológica. Para Giddens, as ciências sociais são constituídas de conceitos de “segunda ordem”, pois visam interpretar relações e fenômenos que já foram interpretados primeiramente pelos próprios agentes inseridos no contexto tomado para investigação, exigindo, então, um processo de tradução dessas categorias a uma linguagem propriamente sociológica e informativa. Esse processo de “dupla hermenêutica” é um dos responsáveis pelo caráter eminentemente etnográfico da sociologia e das pesquisas sociais, em que a tarefa do investigar é, ao fim e ao cabo, a de um comunicador de um certo *milieu cultural* a outros

que o desconhecem, e não a de um cientista supostamente munido de teorias e ferramentas que lhe capacitaria a revelar descobertas sobre o mundo social, inacessíveis àqueles que não dispõem de tal ferramental (GUSMÃO, 2012, p. 31).

Se as pessoas são “teóricas sociais práticas”, haveria algum lugar a ser ocupado pela linguagem técnica nas ciências sociais? Ou seja, o que explicam os termos técnicos e teóricos que são desconhecidos pelos próprios sujeitos reflexivos, objeto de análise? Para Giddens, a compreensão (*Verstehen*), nos termos da tradição hermenêutica, é, a um só tempo, a epistemologia orientadora de investigação e a condição ontológica da vida social. A linguagem natural e comum, nesse sentido, deve ser central na investigação empírica, posto que é a maneira como o mundo social é criado e reproduzido, fonte primária, portanto, do conhecimento sociológico empírico que não é prejudicado na falta de qualquer “metalinguagem técnica” desligada das próprias interpretações dos sujeitos (GIDDENS, 1996, p. 172).

Podemos destacar, então, pelo menos duas consequências empíricas de tais reflexões. A primeira é que o estudo da vida social exige sempre o contato entre o pesquisador e o seu objeto de tal modo que permita uma “comunicação” que torne possível apreender as relações significativas daquele contexto, ou seja, que dê acesso ao “conhecimento mútuo” daquelas interações. Uma segunda consequência, diz respeito à linguagem utilizada nas ciências sociais que, segundo Giddens, é esclarecedora, à medida que possibilita a compreensão dos significados subjetivos utilizados pelos agentes em suas vidas ordinárias (PETERS, 2014, pág. 176), rejeitando o tipo de explicação causal que independe das razões dos indivíduos, como reivindicou parte do “*pathos*” do séc. XIX, com Comte, Durkheim e outros.

Para o sociólogo britânico, aquele que se interessa pela investigação social deve estar preparado para lidar com um intrincado de elementos que envolvem as razões refletidas dos indivíduos e as suas consequências intencionais e não-intencionais – resultando disso uma alta variedade de causas na trama social, bem como o caráter não-fixado das mesmas. As causas aqui estariam tanto onde os sociólogos “estruturalistas” tendem a procurar, e que ocorreriam sem a intenção individual, mas também de modo importante, nas atitudes mais pequenas do dia a dia, realizadas por atores não-leigos sobre seu próprio mundo. A partir de Donald Davidson (1963), Giddens compreende que “razões são causas”, mas não são as exclusivas na vida em sociedade:

Correndo uma vez mais o risco de desconcertar o leitor de mentalidade mais filosófica, proponho simplesmente declarar que as razões são causas, aceitando que isso implica, sem dúvida, uma explicação não-humana da causalidade. Em termos mais adequados, usando a terminologia por mim introduzida: a racionalização da ação está causalmente implicada, de maneira crônica, na continuação das ações do dia-a-dia. Por outras palavras, ela é um elemento importante na gama de poderes causais que um indivíduo, enquanto agente social, apresenta. [...] Mas, como me preocupei em enfatizar ao longo deste livro, importa muitíssimo saber que tipo de relações causais está envolvido. Quer dizer, as situações em que os participantes “fazem acontecer” um resultado regularizado diferem substancialmente daquelas em que esse resultado “acontece” de um modo não pretendido por nenhum participante. Como o conhecimento dos agentes sobre as condições que influenciam a generalização é causalmente pertinente a ela, essas condições podem ser alteradas por mudanças nesse conhecimento. A profecia auto-realizadora é um, mas apenas um, exemplo desse fenômeno (GIDDENS, 2009, p. 407 e 408).

Nesse sentido, a diversidade de causas no mundo social é entendida como ampla, exigindo-se para a sua captação o expediente de um também variável arcabouço metodológico. Para a compreensão das causas próximas à racionalização dos indivíduos, o trabalho de campo etnográfico cumpriria o melhor papel. Já para as causas de ordem estrutural, alheias à monitoração reflexiva direta dos indivíduos, caberia fazer uso, por exemplo, de metodologias que tipifiquem tais fenômenos ou que utilizem métodos e testes quantitativos – isso sem perder de vista que, por mais que nem tudo seja de

conhecimento dos atores sociais, eles sempre participam de algum modo na mediação desses mesmos fenômenos. Tais posições metodológicas e epistemológicas de Giddens nos permitem aproximá-lo da concepção de investigação social empírica presente na obra de Gilberto Freyre e do uso da literatura nessa tarefa. As semelhanças aqui estão não em referências mútuas – muito improváveis – mas no entendimento e comparação de alguns aspectos que aproximam o brasileiro e o inglês, por influências diversas em suas formações e filiações teóricas.

Considerações finais

As reflexões de Lepenies em *As Três Culturas* (1996 [1985]), ajudam-nos a compreender historicamente o embate entre a tradição naturalista e a tradição interpretativista na sociologia, no que toca ao pensamento de Gilberto Freyre e Anthony Giddens. No contexto de institucionalização disciplinar da sociologia nas universidades pelo mundo, é possível constatar o estabelecimento de posições rígidas sobre sua natureza epistemológica e metodológica. Vide o caso francês como quase um tipo ideal, quando Durkheim tenta definir a sociologia como uma disciplina científica, que lidaria de forma imparcial com seu objeto na medida em que o trataria “como coisa”, seguindo uma série de prescrições rigorosas com vistas a assegurar a objetividade. Considerando o realismo francês na literatura enquanto tradição que se propôs a investigar a realidade, à maneira do que fez Honoré de Balzac, a solução de Durkheim é compreensível na medida em que visava estabelecer fronteiras claras e fundamentar o discurso sociológico como se tivesse “a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade industrial” (LEPENIES, 1996, p. 11). Nesses embates, o que ocorre não é só a marcação de posições definidas em um campo

intelectual, mas o entrelaço de posições epistemológicas e filiações teóricas seculares, com distintas visões sobre a melhor maneira de se investigar o mundo social.

O que tentamos demonstrar ao longo deste artigo foram as críticas da tradição interpretativista – aqui representadas pelo pensamento de Gilberto Freyre e Anthony Giddens – aos limites do movimento teórico que tratamos como tradição naturalista-metodológica. Nesse sentido, retomamos o pensamento dos dois autores ao argumentarem que a objetividade não é característica exclusiva de procedimentos científicos como os que propunham Durkheim, o “consenso ortodoxo” europeu do pós-guerra e, no Brasil, alguns representantes da escola paulista de sociologia. Mais especificamente, o recurso a um procedimento rigoroso que busca a validade tal qual supostamente fariam as ciências da natureza, como único caminho possível para as ciências sociais, somado ao uso de um vocabulário específico e difícil de decifrar não são características que legitimam a pesquisa em detrimento de outras possibilidades metodológicas.

Isso ocorre tanto pelos limites, já demonstrados na história da filosofia da ciência, da dificuldade que envolve estabelecer regras claras entre o terreno científico e outros campos (HANS; NEURATH; CARNAP, 1923; POPPER, 1972), como pela existência de outros caminhos promissores, como procuramos argumentar nesse artigo. Giddens e Freyre não só ocupam uma posição intermediária entre a “ciência e o humanismo”, mas questionam, cada um ao seu modo, a existência real de tal separação. Para Giddens, a separação entre *verstehen* e *erklären* se fundamenta no pressuposto falso de que o positivismo é a melhor fundamentação filosófica das ciências naturais – ou seja, tendo em vista uma ciência natural positivista, as “ciências do espírito” deveriam ser concebidas como uma empreitada totalmente distinta, posição rejeitada no início do século XX

(GIDDENS, 2018, p. 247 e 248). Por outro lado, Freyre responde à crítica de Ianni – de que a sua sociologia não cumpriria os requisitos metodológicos durkheimianos – afirmando que a sua sociologia não seria do tipo que se restringiria às regras do clássico francês, reivindicando a possibilidade da disciplina não possuir uma forma única no seu conjunto de regras. Além de defender, da mesma maneira que Giddens, o uso de métodos mistos, com “[...] o uso combinado de métodos objetivos e compreensivos na análise sociológica” (FREYRE, 1957, p. 229, 248, 252, 253, 254 apud MEUCCI, 2006, p. 272).

Nesse sentido, é inevitável observarmos semelhanças entre a ideia da relação entre agência e estrutura em Giddens e o pressupostos de Freyre de que a sociologia deve se dedicar ao estudo dos processos pelos quais os indivíduos se formam através da intersecção entre as suas variáveis psicobiológicas individuais e as influências socio-culturais que lhe precedem (FREYRE, 1973, p. 125). É claro que a reflexão de Giddens se dá em um âmbito ontológico, mas o que é compartilhado aqui é uma concepção mediana do intrincado e antigo debate sobre a relação entre indivíduo e sociedade. Se Giddens elabora essa posição média de maneira mais teórica e geral, Freyre avança em aspectos específicos, entendendo que a relação entre os sujeitos e a dimensão estrutural variam também de caso a caso, não sendo igual o impacto que todo indivíduo possui nos rumos sociais, por isso mesmo, o seu interesse e recurso frequente ao uso de biografias. Aqui, o pernambucano se vale extensamente da literatura, que é rica na construção de “tipicidades sociais” com riqueza de detalhes, dando conta então da interação de tipos humanos em meios contextualizados historicamente. A literatura seria mais que um “ponto de partida”, mas um recurso legítimo e, por vezes acabado, da investigação sociológica empírica exemplar: tanto na forma empática de escrita, como no conteúdo.

Se a consequência dessas posições levou Freyre a se considerar na posição dúbia de “sociólogo e não-sociólogo”, Giddens entende que as suas reflexões não são pré-requisito indispensável ao investigador social, mas tão somente um esforço de clarificação da forma e objetivos da pesquisa empírica em sociologia, servindo então como sensibilizador da investigação, enquanto comunicação de um ambiente social a outras pessoas que não o conhecem. Nos dois casos há a rejeição da ideia da sociologia como uma ciência técnica especializada e com acesso privilegiado, pelos seus métodos e teorias, ao universo social.

Ao mesmo tempo, para os dois, a sociologia não é um empreendimento “rebelde” às ciências naturais, mas sim um esforço de equilíbrio entre o humanismo e as “ciências duras”, com vistas a evitar qualquer extremismo metodológico. Com um olhar deferente aos resultados das ciências irmãs, mas com o entendimento das especificidades metodológicas e interesses de cada campo, os dois entendem que os fenômenos sociais “escapam à compreensão biológica ou física”, já que há uma proeminência da dimensão cultural e social ocupada por seres que dão significado às suas ações, sendo então inescapável a necessidade de interpretação do “conhecimento mútuo” (GIDDENS, 1996, p. 29 e 30) e uso de abordagens particulares, como o método empático. Sendo este o caso, tanto a linguagem comum presente nas relações mais cotidianas até a literatura mais canônica são fontes riquíssimas no desvelamento e registro do mundo social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCHER, Margaret. 2013. Social Morphogenesis and the Prospects of Morphogenic Society. IN: ARCHER, Margaret (Org.) *Social Morphogenesis*. Lausanne: Springer, p. 02-22.

_____. 1982. Morphogenesis versus Structuration: On combining Structure and Action. *The British Journal of Sociology*, v. 33, n. 4, p. 455-483.

- AUSTIN, J. L. 1990. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes médicas.
- BARBOSA, Cibele. 2018. Casa Grande & Senzala: A questão racial e o “colonialismo esclarecido” na França do Pós-Segunda Guerra Mundial. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 96.
- BASTOS, E. R. 1998. Iberismo na Obra de Gilberto Freyre. *Revista USP*, v. 38, n. 2, p. 48-57.
- BOAS, Franz. 1940. *Race, language and culture*. New York: The Macmillan Company.
- BOURDIEU, Pierre. 2007. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus Editora.
- COSTA PINTO, Luís A. 1965. Sociologia e mudança social. In: *Sociologia*. IX, São Paulo.
- CRESPO, R. A. 2003. Gilberto Freyre e suas Relações com o Universo Cultural Hispânico. In: KOSMINSKY, E. V et al. *Gilberto Freyre em Quatro Tempos*. São Paulo: Editora Unesp.
- DAVIDSON, D. 1963. Actions, reasons and causes. *The Journal of Philosophy*, v. 60, n. 23, p. 685-700.
- DURKHEIM, É. 2000. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2007. *As Regras do Método Sociológico*. Traduzido por Paulo Neves. 3ª ed. São Paulo: Martin Fontes.
- ELIAS, Norbert. 1994. *O processo civilizador*. Vol. I. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- FREYRE, Gilberto. 1968. *Como e Porque sou e não sou Sociólogo*. São Paulo: Editora UnB.
- _____. 2006 [1933]. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global Editora.
- _____. 2013 [1936]. *Sobrados & Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. 15ª ed. São Paulo: Global Editora.
- _____. 1967 [1945]. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Vol. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. 1973 [1945]. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Vol. 2. 5ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GIDDENS, A. 1996 [1976]. *Novas regras do método sociológico*. Lisboa: Gradiva.
- _____. 2018 [1979]. *Problemas centrais em teoria social: ação, estrutura e contradição na análise sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. 2009 [1984]. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GURVITCH, George. 1968 [1955]. *Determinismos sociais e liberdade humana*. Rio de Janeiro, São Paulo: Forense.

GUSMÃO, L. A. S. C. 2012. *O fetichismo do conceito*: Limites do conhecimento teórico na investigação social. 2.ed. Rio de Janeiro: Topbooks Editora.

_____. 2010. A concepção de causa na filosofia das ciências sociais de Max Weber. In: SOUZA, J. (Org.). *Atualidade de Max Weber*. Vol. 1. Brasília: EdUnB. p. 235-258.

LEPENIES, Wolf. 1996. *As Três Culturas*: sociologia entre a ciência e a literatura. São Paulo: EdUSP.

LOYAL, S. 2003. *The Sociology of Anthony Giddens*. London: Pluto Press.

MELUCCI, Simone. 2006. *Gilberto Freyre e a Sociologia no Brasil*: da sistematização à constituição do campo científico. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

MILL, John Stuart. 1974 [1843]. *A System of Logic Ratiocinative and Inductive: Being a Connected View of the Principles of Evidence and the Methods of Scientific Investigation*. The Collected Works of John Stuart Mill, vol. VIII,. Toronto: University of Toronto Press.

MORAIS, Jorge Ventura de; RATTON JR., José Luiz. 2005. Gilberto Freyre e a articulação dos níveis micro e macro na sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 129-144.

MOSES, J.W.; KNUTSEN, T. 2007. *Ways of Knowing: Competing Methodologies in Social and Political Research*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.

PALLARES-BURKE, M. L. G. 2005. *Gilberto Freyre*: um vitoriano dos trópicos. São Paulo: Editora Unesp.

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest Watson. 1927. *Introduction to the science of sociology*. Chicago: Chicago University Press.

PETERS, G. 2015. *Percursos na teoria das práticas sociais*: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu. 1ª ed. São Paulo: Annablume.

_____. 2014. Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 21, n.2, p. 168-194.

PIERSON, Donald. 1948. *Teoria e pesquisa em Sociologia*. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos.

RUDNER, Richard S. 1966. *Philosophy of Social Science*. New Jersey: Prentice-Hall.

SILVA, F.R.R. 2010. *Realismo e redes*: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo.

_____. 2014. Entre a epistemologia e a ontologia: a teoria da estruturação de Anthony Giddens. *Tempo social*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 123-136.

SORÁ, Gustavo. 1998. A construção sociológica de uma posição regionalista: reflexões sobre a edição e a recepção de Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciência Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 36.

VALLE, Camila Oliveira do. 2017. **Influências teóricas e teoria em Gilberto Freyre: um debate sobre a integração social e a “democracia racial”**. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 1, n. 23, p. 131-167.

WEBER, Max. 2007. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

GILBERTO FREYRE AND ANTHONY GIDDENS: literature and common language in social research

Abstract: In this article, we intend to discuss: first, the possible similarities between the sociologies of Gilberto Freyre and Anthony Giddens in the critique of the naturalist-methodological research model; second, how these authors defend the use of tools such as literature or contact with common sense for the empirical analysis of social life. With regard to the Brazilian sociologist, we will be guided by the process of consolidation of sociology as an academic discipline in Brazil and by the question of specialization. Regarding Anthony Giddens, we will try to extract from Structuration Theory, as an attempt to reconcile agency and structure, reflections on the limits of methodological naturalism and the role of common language for social research activity, within the interpretivist orientation he shares with Freyre.

Keywords: Gilberto Freyre. Anthony Giddens. Sociology. Common language. Sociology of literature. Methodological naturalism.